UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS: ONTOLOGIA DE UMA FORMA ESTATAL REGIONAL

Flávio Bezerra de Farias[1]

Introdução

A ALCA, o MERCOSUL e a ALBA – com seus substitutivos e desdobramentos respectivos, nas formas direitistas de tratados bilaterais de livre comércio, centro-esquerdista de reforma social-liberal, bem como nacionalista radical de antiimperialismo – estão mudando efetivamente a socioeconomia da região. Mas, esses projetos de integração são marcados por ideologias mercantis, regulacionistas, eurocentristas, etc., que trazem no seu bojo sonhos e antecipações sociais conformistas. Ocultam tanto a demolição dos esboços de Estado social e a expulsão do trabalho vivo das constituições latino-americanas, como a recolonização pura e simples da região pelas potências imperialistas, como também o prolongamento do mito do desenvolvimento econômico regional, através de utopias abstratas e positivistas sobre a construção de um bloco progressista e rival da Tríade. Para além do debate sobre os projetos alternativos de integração regional, dado que existem classes e antecipações sociais em disputa, uma abordagem crítica e revolucionária deve colocar "o problema da unidade regional num terreno de plataformas de luta, completamente diferente da análise desse tema em termos de negócios ou nichos de rentabilidade." (Katz, 2006g: 118). Deve, também, fazer reflexões sobre a especificidade da unidade na luta dos povos pela construção do socialismo na América Latina, em vez de tentar elucidar a emergência de um capitalismo melhor na região, sob a influência de rebeliões populares domadas pelo social-liberalismo e de acordos de integração afinados pelo reformismo (Saludjian, 2004).

Katz (2006g: 123) adotou o marxismo, para a defesa da utopia concreta da unidade latino-americana, na qual "a meta do socialismo brinda um norte à ação dos movimentos de luta". Recorreu a abundantes dados empíricos consistentes, para apreender a atualidade do fenômeno abordado e situá-lo no tempo e no espaço, bem como distinguir os episódios das tendências. Enfim, de maneira ampla e profunda, considerou a luta de classes historicamente determinada como motor das mutações regionais.

O desenvolvimento desigual, o imperialismo e as alianças de classes não são os mesmos da época em que surgiram os modelos da dependência, da heterogeneidade estrutural e da substituição de importações. A grande transformação atual, através da reestruturação e da mundialização do capital, leva ao desenvolvimento de blocos regionais, cujos fins são quer defensivos, quer ofensivos. Assim, "sob a compulsão competitiva que impõe a crescente internacionalização da economia, as classes dominantes de todos os países redefinem – através de acordos regionais – seus novos aliados e concorrentes." (10). Isto provoca na América Latina, em particular, "agudos conflitos entre as alianças extra-regionais propiciadas pelas grandes potências e as frágeis tentativas de articulação regional." (10).

Quanto à forma, o livro de Katz (2006g) encerra uma estética que desconstrói todas essas antecipações através de argumentos claros e com uma ironia fina, bastante sugestivos e persuasivos.

[1] Doutor em Economia. Professor da UFMA. flavio.bezerra1903@terra.com.br

Quanto ao conteúdo, o livro aborda o fenômeno de reconfiguração da América Latina sob o impacto da resistência popular ao neoliberalismo e dos acordos de integração americanos, que deve ser inserido no contexto capitalista pós-moderno de tendência à constituição de formas estatais globais. Com efeito, as mutações relativas à mundialização do capital articulam-se dialeticamente com as transformações das formas e funções estatais correspondentes. Seguramente, a obra é bastante abrangente em termos de categorias da base e da superestrutura inseridas num contexto particular, fazendo uma crítica tanto da política econômica, quanto da economia política e da filosofia política latino-americanas.

A partir de um referencial teórico-metodológico marxista (Farias, 2000; 2001; 2004), analisa-se a contribuição de Katz para a definição das múltiplas determinações estatais atuais, nessa região particular e nos seus Estados-nações singulares, concernentes à dialética do universal e do específico; à dialética do governo e do Estado propriamente dito; à gênese da particularização e da autonomização relativa; ao fetichismo como personificação e como reificação; à subsistência fisco-financeira em potência e em ato; à dialética da perpetuação e da superação; as funções gerais e específicas (Farias, 2006).

A dialética do universal e do específico

Apesar do crescimento da rivalidade no seio da Tríade e de certas dificuldades geopolíticas na realização dos projetos imperialistas dos falcões de Bush, as diversas formas de pressão e a longa duração da dominação estadunidense sobre as Américas têm um papel regressivo na constituição soberana das formas estatais regionais particulares - como esboços institucionais da luta de "resistência" à desarticulação e, até mesmo, à "secessão" e à "balcanização" de seus Estados membros (Katz, 2006g: 12). Nem mesmo o princípio de negociação conjunta dos grupos dominantes sul-americanos articulados no MERCOSUL é aceito pelo imperialismo estadunidense, que "tenta induzir alternativamente a burguesia brasileira ou argentina para opções diferentes, seduz distintos grupos exportadores de ambos os países com a miragem dos tratados bilaterais e introduz uma cunha na associação com ofertas ao Uruguai e ao Paraguai." (*Idem*: 46). Quanto à atual tarefa sul-americana de realização autônoma de uma integração antiimperialista e, portanto, contra o projeto da ALCA, em termos institucionais específicos, o MERCOSUL "tem um novo membro que rechaça o projeto norte-americano (Venezuela), outros que se aproximam desta iniciativa (Uruguai), vários que postulam renegociá-lo (Argentina e Brasil) e alguns de seus próximos que promovem abertamente o acordo com os Estados Unidos (Chile e México)." (90).

Em face de um MERCOSUL líbero-mercantil e dividido, assim como de uma América Latina que "não participa de um processo de integração regional vinculada à gestação de um pólo dominante no mercado mundial" (119), o imperialismo hegemônico global teve seus interesses preservados ao ter que substituir a sua *ótima* ALCA pelos seus *bons* tratados bilaterais de livre comércio. Com efeito, a soberania específica tanto nacional quanto regional poderia sair fortalecida pelo esfriamento da ALCA – em crise, por suas dificuldades de mediar conflitos seja diplomáticos e empresariais, seja populares e interclassistas – mas continuou prejudicada pelo aquecimento dos acordos bilaterais com os EUA, cujo propósito zonal renitente já foi expresso por Colin Powell: "garantir às empresas estadunidenses o

controle de um território que se estende desde o Ártico até a Antártida e o livre acesso sem nenhuma classe de obstáculos para nossos produtos, serviços, tecnologias e capitais em todo o hemisfério." (16).

Trata-se, ainda, de explorar e dominar a sua periferia latino-americana, sem recorrer a uma integração econômica por meio de regulações regionais que amenizem as mazelas neoliberais da liberalização, da flexibilização, da financeirização, do desenvolvimento desigual, etc., orquestradas pelas instituições internacionais. Além disso, para a integração socioeconômica que serviria de alicerce a uma CASA soberana a ser concretizada na UNASUL, não haveria diferença substancial entre as políticas externas praticadas pela Tríade, cuja competitividade econômica e rivalidade política, no seio dessa totalidade formada pelo imperialismo coletivo ideal, estão longe de alcançar o nível bélico (26). Embora as recentes articulações européias e chinesas com a América Latina causem certo mal-estar à potência do norte, a militarização de toda a América pelos Estados Unidos parece ser reconhecida pela Tríade como uma lei eterna e natural. Portanto, não passa pela mediação européia – nem tampouco oriental – a aquisição da soberania específica que interessa aos sul-americanos, mas por sua própria "recuperação da tradição combativa de revoltas sociais, projetos radicais e aspirações emancipatórias" (32), de um lado; e, do outro lado, pela "convicção de que sem projeções regionais não haverá forma de consolidar as conquistas populares que se obtenham em cada país." (34). Katz exprime certo ceticismo quanto ao avanço institucional a partir do MERCOSUL, no sentido do advento da ALBA e do socialismo. Nem mesmo abre "o caminho para a redistribuição de renda ou para melhorias significativas para a maioria da população. Apostar nesta via conduz a subordinar as reivindicações populares à improvável construção de um capitalismo regional integrado." (123). A realização do projeto capitalista regional ainda não apontou solução para o antagonismo entre MERCOSUL regressivo *versus* ALBA progressista – "por isso, a ampliação da associação do Cone Sul se consumou preservando os padrões de rentabilidade, concorrência e garantias ao capital que a ALBA propõe desafiar com normas de cooperação e solidariedade." (98). Além disso, esse projeto exige a retomada das nacionalizações e a ampliação da integração energética para respaldar a instalação concreta de uma união sul-americana. As medidas de nacionalização para integração do petróleo e do gás são vitais em termos de geopolítica regional, "mas o principal campo de uma integração popular situa-se na esfera social" (105).

A dialética do governo e do Estado propriamente dito

A partir dos anos 1990, a forma de inserção regressiva da América do Sul na divisão internacional do trabalho "provocou a desarticulação do velho complexo industrial em favor das atividades de montagem realizadas pelas grandes corporações", que foram atraídas, sobretudo, pela exploração de mão-de-obra barata e pela ausência de controles ambientais na região – aonde, as políticas de ajuste impostas pelo imperialismo provocaram, também, uma "inédita expansão da precarização e do desemprego." (109). Ocorreu uma degradação das condições de vida, no campo e na cidade, decorrente das práticas neoliberais no espaço sul-americano. Desse modo, "a seqüência de revoltas que transtornaram vários países (Equador, Bolívia, Argentina) no curso dos últimos anos revela a possibilidade e a necessidade de

empreender transformações antiimperialistas radicais", para erradicar da região mazelas como a miséria absoluta, as desigualdades, a violência e a marginalidade (Katz, 2005: 1). Porém, seria uma antinomia abstrata opor os aspectos internos aos externos, enquanto obstáculos ao desenvolvimento da unificação regional que interessa aos explorados, oprimidos e humilhados. Ambos os aspectos fazem predominar na região as alternativas mercantis capitalistas que interessam apenas às classes dominantes. Por sua vez, as conquistas operárias resultantes das diversas lutas por seus interesses específicos não se concretizam, pois as massas populares têm livrado o "seu destino ao inimigo, quando se trata de definir a direção política de seus países. O maior exemplo atual desse paradoxo é o favorecimento dos governos de centro-esquerda, impulsionados pelas revoltas vindas de baixo, os quais as dissolvem, uma vez chegados ao poder." (*Idem*). Além disso, empregar sindicalistas pelegos e corruptos nos aparelhos estatais, comprar votos de parlamentares, fazer articulações financeiras mafiosas para financiamento de campanhas eleitorais e, enfim, "criminalizar e tratar policial e militarmente as ações coletivas de resistência levadas a cabo pelos assalariados e pelos desempregados se inscrevem na preparação de *guerras urbanas*, guerras na realidade dirigidas contra as populações civis" (Serfati, 2003b: 1), às quais os falcões de Bush atribuem uma grande importância, inclusive na América Latina.

A luta contra o imperialismo é fragilizada pela legitimação autoritária do processo de integração, pois se fizeram de cima para baixo todas as articulações políticas e diplomáticas para elaborarem os textos fundadores tanto da CASA, como da UNASUL. Mesmo que estas formas impliquem a inclusão da participação popular no MERCOSUL, facilitando a conquista de direitos sociais, a natureza da integração não será afetada pela inclusão desses direitos nos tratados, pois os pactos realmente existentes na região não se contrapõem aos interesses das classes dominantes. Longe de ser antiimperialista na posição que ocupa na divisão capitalista do trabalho em escala planetária e por permanecer uma instituição marcada pelos interesses das classes dominantes em diversos níveis geo-econômicos, o MERCOSUL carece de aparelhos e de legitimação estatais específicos, pois os acordos de cúpulas governamentais "que regem a associação não têm, até agora, consistência supranacional e não se vislumbra a conformação do aparelho proto-estatal regional que exigiria a integração capitalista." (Katz, 2006g: 47). Por essa deficiência estrutural, aparece mais como "uma abstração distante ou como uma preocupação de funcionários e empresários. A unificação a partir dos de baixo na América do Sul exige a construção de uma outra integração, com outro programa." (*Idem*: 64). A antecipação concreta da CASA e a concretização da utopia da UNASUL não superam o MERCOSUL como forma resultante de uma correlação de forças desfavorável às classes exploradas, oprimidas e humilhadas ao longo de vários anos de neoliberalismo. Como as suas normas de liberalização comercial regional "multiplicam o empobrecimento e a desigualdade social", as suas regras de financeirização "favorecem às grandes empresas em detrimento dos camponeses e da pequena produção", enquanto que seus subsídios "aumentam as subvenções aos capitalistas que já controlam o poder econômico da América do Sul", não

se tornou "um projeto para reverter a explosão da pobreza, da miséria e da precarização no seio dos trabalhadores originária do neoliberalismo" (63).

Além de permitir a legitimação dessas mazelas, apóia a perpetuação dos interesses patronais nas condições de exploração, de dominação e de humilhação legadas pelo neoliberalismo. O MERCOSUL neoliberal e dos negócios tem tanta carência de formas estatais regionais que afeta a própria existência do acordo aduaneiro por ocasião de crises, que mostram a falta de legitimação e aparelhos estatais supranacionais. Infelizmente, a integração regional emana autoritariamente dos poderes executivos e "os governos sul-americanos coordenam negócios, para favorecer as grandes empresas de cada país, em detrimento das necessidades e reivindicações da maioria da população." (97). Assim, "o MERCOSUL contempla muitos negócios e alternativas de lucro, mas nenhuma opção de redistribuição de renda." (Katz, 2006f: 1). Essencialmente, como instituição comprometida com as classes dominantes, o MERCOSUL traz a marca dos grupos capitalistas locais tornados mais poderosos no momento situado para além do fordismo e na era da globalização, que buscam adequar a associação regional a suas prioridades e interesses privados. Os interresses dominantes "agrupam as frações concentradas do empresariado regional, mantêm fluidas conexões com as grandes empresas estrangeiras e exercem uma significativa influência nas finanças e na agro-exportação." (Katz, 2006g: 49). Em termos de divisão internacional do trabalho, as classes dominantes abandonaram o projeto de desenvolvimento por substituição de importações e, na ambição de ocupar o seu lugar ao sol no mercado global, "promovem um desenvolvimento voltado para o exterior que hierarquiza a especialização em matérias primas e insumos industriais, já que pretendem compensar com exportações a contração dos mercados internos." (*Idem*). Para tanto, germinaram o MERCOSUL neoliberal conforme o dogma do livre comércio e sob a lógica da convalidação da dívida pública dos países membros (49 a 54), como vai ser mostrado abaixo.

A gênese da particularização e da autonomização relativa

Não se trata apenas da gênese do MERCOSUL, mas sobretudo de sua evolução institucional para uma CASA tornada UNASUL e capaz de participar das negociações internacionais com outros blocos, como forma de existência particular e autônoma relativamente. A CASA foi lançada em dezembro de 2004 em Cuzco (Peru), na 3ª Cúpula Sul-Americana (Lander, 2005; Weissheimer, 2006; Gudynas, 2005). Conforme a Declaração de Cuzco, as nações envolvidas "enfrentaram desafios internos e externos comuns" que se colocam "desde as lutas pela independência", mas a própria "história compartilhada e solidária" evidencia que os países-membros têm "potencialidades ainda não aproveitadas, tanto para utilizar melhor suas aptidões regionais, como para fortalecer seu poder de negociação e sua projeção internacional." (Wikisource.htm). Os projetistas da CASA afirmam que "a realização dos valores e dos interesses compartilhados" que unem seus membros, "além de comprometer os Governos, somente poderá viabilizar-se na medida em que o povo assumir o papel de protagonista do processo. A integração sul-americana deve ser uma integração de povos." (*Idem*). A 1ª Cúpula Energética Sul-americana apresentou como objetivo basilar estabelecer acordos sobre esboços estratégicos que favoreçam a união

regional e demais ações concretas de combate à pobreza e às assimetrias existentes entre os países-membros. Para seus representantes, as ações de integração econômica no setor energético exigem, também, medidas de integração social e política. A UNASUL passaria a concretizar a unificação iniciada na construção da CASA, alicerçada sobre o MERCOSUL. Porém, pela "natureza social burguesa" do acordo realmente existente, por seu "sentido capitalista estratégico", ainda não surgiu o bloco dos povos, pois "o acordo passou por vários períodos desde sua gestação, e a fase atual difere substancialmente das anteriores. Nessa variedade de situações é importante destacar que os objetivos do acordo não mudaram, nem tampouco se modificaram os interesses sociais defendidos pela associação." (Katz, 2006g: 97). Quanto à autonomia relativa do bloco em face do imperialismo coletivo ideal, "os governos do Cone Sul buscam conter o processo bolivariano e limitar seu potencial regional antiimperialista." (*Idem*: 98).

O fetichismo como personificação e como reificação

O populismo e o nacionalismo que se fazem presentes nas questões regionais, com destaque para soluções efêmeras, pontuais ou circunstanciais, que se alienam em matérias como gás, celulose, febre aftosa, etc., vêm da ausência, na América do Sul, de burocratas que personifiquem de maneira ampla, profunda e durável as formas governamentais (fenomênicas) e estatais propriamente ditas (essenciais) que se estruturam na CASA e, em seguida, na UNASUL, para agir estrategicamente em defesa dos interesses geopolíticos nacionais e regionais contra os permanentes ataques imperialistas.

Mesmo governos eleitos na região com programas progressistas não formaram um novo pacto de classes para implementar reformas reais. Em vez disso, paradoxalmente, fizeram contra-reformas neoliberais. Após vários anos de neoliberalismo, é difícil superar a profunda deterioração de legitimidade e credibilidade condensada na região. Os mesmos representantes dos executivos dos estados envolvidos tanto na construção autoritária do bloco quanto em escândalos, privatizações e corrupções no seu próprio Estado-nação se revelaram como excelentes veículos dos interesses particulares dos grupos empresariais que atuam no país, sobretudo na fixação de condições para o "livre" mercado. Por outro lado, vai ser difícil implementar uma política exterior comum, avançando na construção da CASA e da UNASUL, com ações sub-imperialistas (invasão do Haiti) e iniciativas individuais (representação na ONU). Como fenômeno de consciência social, existe uma ideologia fetichista que considera o MERCOSUL como categoria tecnicamente neutra em relação às classes sociais e suas diversas correlações de força, personificada por burocratas cepalinos capazes de fazer a sociedade sul-americana funcionar como um carrossel neo-keynesiano, compatibilizando regional e globalmente os interesses de todas as classes num mesmo projeto de desenvolvimento equilibrado, ecologicamente sustentável e socialmente justo. Com esse fetichismo, apenas se aprofunda e se amplia para uma escala global um modelo desenvolvimentista específico que já foi superado pelos processos socioeconômicos inerentes à era situada para além do fordismo e na globalização neoliberal. A demolição desse modelo não deve ser atribuída simplesmente aos que personificam os aparelhos estatais, mas, sobretudo aos expoentes da burguesia nacional, como principais responsáveis pelo fracasso. Aliás,

um bloco regional desenvolvimentista "repetirá a mesma tensão entre elites, funcionários e classes sociais que frustrou o antecedente nacional" e, por sua vez, "a maior associação internacional das classes dominantes reforça esta instabilidade porque torna mais difícil o disciplinamento estatal dos capitalistas, enquanto não consiga forjar uma autoridade supranacional." (Katz, 2006d: 1).

Embora já exista alguma intenção de criar esse tipo de autoridade, ainda não se dispõe de burocratas para exercer um papel executivo, nem "tampouco começou a recorrer ao caminho constitucional que precede à formação de uma cúpula burocrática supranacional." (Katz, 2006g: 48).

A subsistência fisco-financeira em potência e em ato

Comparativamente aos países asiáticos, os países sul-americanos aderiram com aguçada imprudência ao neoliberalismo. Até países com governo social-liberal se submetem à lógica perversa da governança global e corporativa. Mesmo governos de centro-esquerda já se defrontam com fortes indicadores de insatisfação vindos das categorias sociais que mais sofrem as conseqüências do endividamento público, sem contar com os problemas relativos à instabilidade e à ameaça permanente de crise financeira, bem como à tendência à recessão e ao desemprego. Pelos danos causados aos sistemas de saúde, educação, segurança, etc., o compromisso assumido pelos governos de pagar a dívida se converte numa verdadeira "penúria popular convalidada pelas classes dominantes para gerar o tipo de integração regional que favorece seus negócios" (Katz, 2006g: 54), como depositantes de rendas, recebedores de juros, etc. Os burgueses "reciclam uma parte significativa de seus lucros para o exterior e mantêm parte de seu patrimônio fora de seus países de origem" – ao comprar bônus do tesouro, "as camadas dirigentes latino-americanas afiançam financeiramente os EUA" e os povos oprimidas da região sofrem com a sangria de um "grande volume de fundos no exterior imposto pelo pagamento da dívida pública." (*Idem*: 52).

Nos bancos dos países centrais existem depósitos dos governos dos países periféricos, que "também acumulam reservas milionárias em divisas e bônus do Tesouro e destinam parte da poupança local para sustentar as moedas e os títulos das principais potências. Este tipo de associação não poderia perdurar se os países periféricos resolvessem declarar uma moratória da dívida externa." (Katz, 2006b: 1).

A dialética da perpetuação e da superação

Para Katz (2006h: 1), na conjuntura sul-americana, "os três projetos de integração em jogo incluem propósitos estratégicos de relançamento do neoliberalismo (ALCA), regulação do capitalismo regional (MERCOSUL) e gestação de formas de cooperação solidária compatíveis com o socialismo (ALBA)." Na busca do socialismo do século XXI, "uma via possível implicaria desenvolver a luta popular, alentar reformas sociais e radicalizar as transformações propiciadas pelos governos nacionalistas. Este curso exigiria desmascarar as dubiedades dos mandatários de esquerda, questionar o projeto neo-desenvolvimentista e fomentar a ALBA como uma corrente para a integração regional pós-capitalista." (*Idem*). Entende-se aqui esse desenvolvimento político no sentido marxista de lutas anticapitalistas contra a exploração, a dominação e os atentados burgueses à dignidade humana (Bloch, 2002).

Para os reformistas que prospectam sobre o MERCOSUL social (Saludjian, 2004), a fato de que a França e a Alemanha tenham assumido um papel decisivo na construção da União Européia é tido como modelo de uma repetição de experiência socioeconômica na América do Sul, expressa pela Argentina e pelo Brasil na forma de uma exigência renitente de avanço da integração regional, ainda que aos trancos e barrancos (adversidades causadas pelo imperialismo) e sem os benefícios do contexto histórico (impulsos causados pela guerra fria). A prova disso seria a reafirmação do MERCOSUL por Lula e Kirchner. Porém, estes apenas "defendem as empresas estabelecidas nos dois países", de um lado; e, do outro, "buscam preservar o equilíbrio entre os grupos capitalistas favorecidos que sofrem a concorrência argentino-brasileira. Uma reformulação do MERCOSUL enquanto projeto de integração popular e de resistência ao imperialismo não faz parte de seus planos." (Katz, 2005:1).

Em particular, os reformistas apostam que estes governos vão abandonar a via da contra-reforma neoliberal, com a retomada do crescimento, com o estabelecimento da primazia das atividades produtivas de mais-valia e o combate à financeirização nos marcos do capitalismo, através de uma nova eutanásia do rentista (Saludjian, 2004). Em geral, quando o keynesianismo é de esquerda parece com o stalinismo de direita e impõe a passagem por uma longa fase capitalista, antes de construir o socialismo:

> "Promulga desenvolver esta fase com políticas protecionistas, a fim de melhorar a capacidade competitiva da zona. Por isso, observa com simpatia o atual giro neo-desenvolvimentista, dá alento ao MERCOSUL e avaliza a expansão de uma classe empresária regional. Convoca a forjar uma frente entre os movimentos sociais e os governos de centro-esquerda [...] e imagina o socialismo como um estádio posterior ao novo de capitalismo regulado." (Katz, 2006j: 1).

Portanto, o passo do MERCOSUL social antecederia o salto ao socialismo, pois "um modelo capitalista regulado e mais humano permitiria criar condições ótimas para a transição socialista." (Katz, 2006g: 122). Mas, o reformismo oculta um projeto de integração social-liberal da classe trabalhadora ao capitalismo de terceira via, apoiada e promovida por um intervencionismo liberal reciclado e ampliado regionalmente. O fracasso patente das políticas neoliberais na América Latina favorece a ilusão desenvolvimentista que norteia mais essa grande mutação burguesa, mas estimula também a antecipação concreta que orienta o movimento real que abole o estado de coisas presente, que passa tanto pela luta geral contra as formas capitalistas de exploração, dominação e ataque à dignidade humana quanto pela luta específica por uma ampla e profunda redistribuição de recursos na escala global, inclusive com a anulação de todas as dívidas que afetam sobretudo a superpopulação relativa da periferia (Farias, 2005).

As funções gerais e específicas

No quadro situado para além do fordismo e na globalização, instaurou-se no seio dos capitais numerosos uma concorrência aguçada em condições favoráveis às finanças que, no nível do capital em geral, estende e aprofunda a exploração de classe quer individualmente (como capital produtivo individual), quer coletivamente (nos ciclos e na reprodução, como capital social total). O processo de financeirização na escala mundial tem sua correspondente governança global e corporativa, com suas

próprias gestões da moeda e da força de trabalho. Nesse quadro, em termos particulares,

> "O MERCOSUL é um instrumento das classes capitalistas sul-americanas para expandir sua gravitação econômica, seu peso político e sua influência social. Esses grupos passam a enfrentar uma nova etapa do tratado, na ocasião do ensaio de abertura e desregulamentação neoliberal que promoveram durante os anos 1990. Essa frustração induziu uma revalorização da industrialização desenvolvimentista precedente. Ninguém reivindica o modelo de proteção aduaneira e produção centrada no mercado interno, mas se fala em industrializar novamente, recriar o empresariado nacional e forjar o capitalismo regional." (Katz, 2006d: 1).

Porém, tanto o papel das formas estatais regionais no esfriamento das rebeliões sociais que transbordaram os Estados-nações sul-americanos como a conquista de posições contra a situação de dependência regional não supera a contradição essencial do capitalismo contemporâneo, que consiste "em se recusar a satisfazer uma parte crescente das necessidades sociais porque estas se distanciam cada vez mais de seus critérios de escolha e de eficácia." (Chesnais *et alii*, 2006: 13).

As funções específicas do MERCOSUL neoliberal atual são modestas e esta forma regional "carece de mecanismos executivos", na medida em que "a máxima aspiração das burguesias nacionais sul-americanas é de alcançar algum papel significativo no universo dos competidores periféricos." (Katz, 2006g: 47). As ações do MERCOSUL não combatem as assimetrias estruturais e "não representam atos de solidariedade com as lutas populares. Como também não se traduzem em socorros humanitários significativos em situações de emergência." (*Idem*: 57). As promessas de um outro acordo com funções mais amplas e profundas, inclusive pela introdução da questão social na sua construção real, não passam de formas pseudo-concretas que ocultam a essência regressiva da integração regional efetiva, "que tem seu correlato político na ação comum de vários governos para garantir o *statu quo* regional." (98).

Conclusão

Katz contribui para superar uma grave lacuna na literatura latino-americana, elaborando, em flagrante oposição aos discursos oficiais e apologéticos sobre a integração regional, uma ampla e aprofunda análise crítica e revolucionária, na busca de uma unificação socialista dos povos. Para ele, convém não esquecer as experiências históricas do século XX, através das quais tanto se aprendeu a lição de "que os países periféricos enfrentam maior necessidade de erradicar o capitalismo, apesar de contar com uma proporção inferior de assalariados", quanto "verificou-se que esta contradição pode ser superada se os diversos componentes sociais do movimento popular se unificam em torno de uma ação emancipatória." (123). Porém, a novo processo de democratização socialista deve ser construído para além da categoria povo, no seio de um processo historicamente determinado de emancipação da exploração, da dominação e dos ataques burgueses à dignidade humana (Bloch, 2002).

Bibliografia

BLOCH, Ernst. *Droit naturel et dignité humaine*, Paris : Payot, 2002.

CHESNAIS, François. *et alii. La finance capitaliste*, Paris : PUF, 2006.

FARIAS, Flávio Bezerra de. *O Estado capitalista contemporâneo*, São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *A globalização e o Estado cosmopolita*, São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Filosofia política da América*, São Paulo: Cortez, 2004.

_____. "Crítica da *Teoria Geral* do Capitalismo", Campinas: Unicamp, *4º CEMARX*, 8 a 11/11/2005.

_____. "O mito de um Estado global na América do Sul", Santiago do Chile: Universidade ARCIS, *1º Colóquio Internacional SEPLA*, 9 a 11/11/2006.

GUDYNAS, Eduardo. «The Paths of the South American Community of Nations», IRC, Silver City, NM, 21/4/2005a (http://americas.irconline.org/pdf/columns/0504sacn.pdf).

KATZ, Claudio. «Centre-gauche, nationalisme et socialisme », *Europe Solidaire Sans Frontières*, Montreuil, 20/02/2005 (http://www.europe-solidaire.org/article.php3?id_article=587).

_____. «L'impérialisme du XXIe siècle», *Europe Solidaire Sans Frontières*, Montreuil, 06/2002 (http://www.europe-solidaire.org/article.php3?id_article=1190).

_____. «¿Crisis o resurgimiento del MERCOSUR? (Parte I)», *Argenpress*, Buenos Aires, 29/3/2006a (http://www.argenpress.info/nota.asp?num=029078).

_____. «¿Crisis o resurgimiento del MERCOSUR? (Parte II)», *Argenpress*, Buenos Aires, 30/03/2006b (http://www.argenpress.info/nota.asp?num=029103).

_____. «El MERCOSUR de las clases dominantes (Parte I)», *Argenpress*, Buenos Aires, 31/03/2006c (http://www.argenpress.info/nota.asp?num=029130).

_____. «El MERCOSUR de las clases dominantes (Parte II)», *Argenpress*, Buenos Aires, 01/04/2006d (http://www.argenpress.info/nota.asp?num=029155).

_____. «Las disyuntivas del ALBA (Parte I) », *Argenpress*, Buenos Aires, 02/04/2006e (http://argenpress.info/nota.asp?num=029177).

_____. «El torbellino de la integración», *Cosmos*, Bolivia, 21/3/2006f (http://www.boliviasoberana.org/blog/_archives/2006/7/21/2149324.html).

_____. *El rediseño de América Latina: ALCA, MERCOSUR y ALBA*, Luxemburg, Buenos Aires, 2006g.

_____. "Socialismo o Neodesarrollismo". *Prensa Opción Socialista* / PRS, 30/11/06h (http://www.aporrea.org/trabajadores/a27733.html).

LANDER, Edgardo. «Proyectos neoliberales y resistencias populares», *Bolpress*, US, 14/6/2005 (http://www.bolpress.com/politica.php?Cod=2005001236).

SALUDJIAN, Alexis. *Hacia otra integración sudamericana*, Buenos Aires: Zorzal, 2004.

SERFATI, Claude. "El imperialismo norteamericano después del 11 de septiembre", *Revista Herramienta*, nº 20, Argentina, 20/04/2003. (http://www.herramienta.com.ar/modules.php?op=modload&name=News&file=article&sid=21&mode=thread&order=0&thold=0).

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. «As múltiplas faces da integração», *Réseau Voltaire pour la liberté d'expression*, Paris, 14/7/2006 (http://www.voltairenet.org/article141952.html#article141952).